



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
CONSELHO PERMANENTE - SAG

ATA N.º 14/2026 – 23-09-2026

Aos vinte e três dias do mês de setembro de 2026, pelas 10h00, na sala das sessões do Conselho Superior da Magistratura, reuniu-se em **sessão da Secção de Assuntos Gerais do Conselho Permanente Ordinário do mesmo Conselho**, em sessão urgente, com a presença dos Excelentíssimos Senhores:

VICE-PRESIDENTE	Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes
VOGAL ELEITO PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS:	Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira
VOGAL ELEITO PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:	Dr. António José Barradas Leitão
JUIZ SECRETÁRIA:	Juíza de Direito Dra. Ana Cristina Dias Chambel Matias

*

Consigna-se que o Sr. Vice-Presidente, Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes e o Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira encontram-se presentes na sala de reuniões deste Conselho e o Dr. António José Barradas Leitão que intervém através do sistema de videoconferência deste CSM.

*

1	Proc. n.º 2026/DSQMJ/4506	Pedido de autorização para terminar processos pendentes no Tribunal da Relação ---
----------	----------------------------------	---

Este ponto foi retirado de tabela a fim de solicitar a emissão de parecer ao Senhor Presidente do Tribunal da Relação ---- e à Senhora Presidente do Tribunal da Relação --- onde a Senhora Juíza Desembargadora se encontra atualmente colocada.

*

2	Proc. n.º 2026/DSQMJ/2630	Aposentação/jubilação
----------	----------------------------------	------------------------------

Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço, por motivo de aposentação/jubilação, a Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa, Anabela Moreira de Sá Cesariny Calafate, nos termos do artigo 70.º, n.º 1, alínea b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
CONSELHO PERMANENTE - SAG

*

3 **Proc. n.º 2026/DSQMJ/3355** **Pedido de autorização para a nomeação de docentes do CEJ**

Apreciado o ofício n.º 176/2026, remetido pelo Centro de Estudos Judiciários, solicitando a nomeação da Exma. Senhora Juíza Desembargadora Dra. Elisabete de Jesus Ribeiro Assunção, para exercer funções, a partir de 1 de outubro de 2026, em regime de comissão de serviço, como docente a tempo inteiro, naquele Centro, **foi deliberado por unanimidade** autorizar o solicitado.

*

4 **Proc. n.º 2026/PD/0003** **Processo Disciplinar**

Apreciado o pedido apresentado pelo Dr. -----, na qualidade de mandatário da Senhora Juíza de Direito -----, mediante o qual solicita que o cumprimento da sanção de suspensão aplicada à sua constituinte pelo Plenário de ---- de 2026 se inicie apenas em --- de 2026, **foi deliberado por unanimidade** autorizar o solicitado por forma a obstar ao reagendamento das diligências já agendadas, uma vez que inexistente possibilidade no âmbito do Quadro Complementar de ----- na afetação imediata de um Juiz substituto ao Juízo de competência genérica de ----- > Juiz -----

*

5 **Proc. n.º 2023/DSQMJ/0104** **Pedido de licença para amamentação**

Apreciado o requerimento apresentado pela Senhora Juíza de Direito Dra. -----, que vem comunicar de que irá usufruir de dispensa diária para amamentação, iniciando as funções uma hora mais tarde e terminando as mesmas uma hora mais cedo (ou seja, entrando ao serviço às 10h00m e saindo pelas 16h00m), nos termos dos artigos 35.º, n.º 1, alínea k), 47.º e 48.º do Código do Trabalho, artigo 4.º, alínea f), da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e 69.º do EMJ e solicitando a dispensa de apresentar mensalmente atestado médico, comprometendo-se a informar o Conselho assim que deixe de amamentar, **foi deliberado por unanimidade** deferir o solicitado quanto à dispensa para amamentação, cabendo à Senhora Juíza proceder à reorganização da agenda e da tramitação dos processos em termos que se adaptem a essa dispensa, enquanto ela durar, comprovando trimestralmente, através de atestado médico, que a situação se mantém.



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CONSELHO PERMANENTE - SAG

*

6

Proc. n.º 2026/DSQMJ/3890

Aposentação/jubilção

Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço, por motivo de aposentação/jubilção, o Juiz Desembargador do Tribunal da Relação do Porto, António José Moreira Ramos, nos termos do artigo 70.º, n.º 1, alínea b) do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

*

7

Proc. n.º 2026/DSQMJ/3699

Tribunal da Relação de Évora - Distribuições de serviço, reduções de serviço, acumulações de funções, exclusividades e alteração de secções 2026/2027

Apreciada a proposta formulada pela Presidência do Tribunal da Relação de Évora nos termos do art.º 8.º, al. v) do Regulamento n.º 269/2021, **foi deliberado por unanimidade** determinar a suspensão da distribuição de processos de apelação não urgentes, na área cível, até ao termo do presente mês de setembro, retomando-se a distribuição normal a 1 de outubro, observando-se a ordem de entrada dos processos no Tribunal da Relação de Évora, sem prejuízo de posterior avaliação da carga processual objeto de distribuição, atenta a situação descrita pela Senhora Presidente, inerente à redução do número de Juizes Desembargadores em efetividade de funções e à elevada carga de distribuição registada entre 1 e 21 de setembro, em que foram distribuídos 15,6 processos por Juiz Desembargador.

*

8

Proc. n.º 2025/PD/0025

Processo Disciplinar - -----

Apreciado o pedido apresentado Senhora Juíza de Direito -----, colocada no juízo local criminal de -----, mediante o qual solicita que o cumprimento da sanção de suspensão aplicada pelo Plenário de --- de 2026 se inicie apenas em --- de 2026, **foi deliberado por unanimidade** autorizar o solicitado, por forma a permitir que a Senhora Juíza termine os processos cujas continuações tem agendadas, alguns com natureza urgente.

*



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CONSELHO PERMANENTE - SAG

9

Proc. n.º 2026/DSQMJ/3624

Comarca de Braga - Distribuição de serviço, afetação, acumulação de funções e substituição de Juízes no Juízo central criminal de Guimarães; 2026/2027

Apreciada a exposição remetida pela Senhora Juíza de Direito Ana Paula Rodrigues Pereira, colocada no Tribunal da Comarca de Braga – Juízo Central Criminal de Guimarães - Juiz 4, na qual descreve as circunstâncias em que se encontra o referido Juízo, para que possa ser ponderada por este Conselho a aplicação, com urgência, de uma medida de gestão, ***foi deliberado por unanimidade*** tomar conhecimento da situação exposta e da possibilidade de realização apenas - ou quase estritamente - do serviço urgente, sendo ainda assim necessário, quanto a este, adotar as medidas de gestão possíveis, solicitando-se a apresentação de uma proposta por parte da Senhora Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Braga.

*

Para constar, se lavrou a presente ata a qual, após aprovada, vai ser assinada.